

## ANÁLISE DE INCLUSÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Karen Loraine Macena Santos<sup>1</sup>Juliana Meira de Vasconcelos Xavier<sup>2</sup>

*Centro Universitário Maurício de Nassau- Uninassau/CG; Karen.cgd@hotmail.com*

### Resumo

A diminuição da destruição dos recursos naturais é um verdadeiro desafio, desta forma sendo necessário, diante desta realidade que o homem perceba este meio, sinta-se parte integrante e estabeleça relações de responsabilidade. Ao inserir a Educação Especial é uma tarefa difícil, porque para desenvolver a inclusão nas escolas e necessário compor um desafio de várias dimensões, nas quais toma o lugar a ordem jurídica, observa-se também, a rejeição e o desrespeito à hierarquia das leis. Diante o exposto objetiva-se analisar a importância da inclusão da educação ambiental em torno de alunos com necessidades especiais. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica. Ao buscar dados, foi possível realizar a consulta através dos bancos de dados PUBMED, MEDLLINE e SCIELO, entre as línguas português e inglês dentre os anos de 2007 a 2016. Assim o estudo se compõe no total de 18 artigos estudados. O processo de construção da educação ambiental na educação especial não seria, e não é, tarefa simples, entretanto, as possibilidades de criação nos estimularam a pensar propostas práticas visando à diversificação das estratégias de inclusão utilizadas até o momento. Conforme a significação da leitura científica sobre a temática, de acordo com a importância da inclusão da educação ambiental sobre alunos com necessidades especiais é um propósito de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Necessidades Especiais; Meio Ambiente.

### INTRODUÇÃO

A diminuição da destruição dos recursos naturais é um verdadeiro desafio, desta forma sendo necessário, diante desta realidade que o homem perceba este meio, sinta-se parte integrante e estabeleça relações de responsabilidade. Verifica-se a importância da educação ambiental ser abordada nos diferentes contextos e

valorizar os benefícios da relação harmoniosa entre homem e natureza (KRAETZIG, 2008).

No atual momento histórico, surge a necessidade de incorporação de valores e atitudes aos conhecimentos sobre processos ambientais para que exista a definição de uma relação de equilíbrio dos indivíduos com o ambiente em que se vivem (MENEGUZZO; MENEGUZZO, 2013)

A Educação ambiental pode ser inserida em diversas disciplinas educacionais, além de ser abordada como tema transversal em quaisquer ambientes que educam cidadãos, podendo ser praticada de várias maneiras com os alunos, tem importância para ajudar a formar cidadãos mais conscientes, e desta maneira fornecer a discussão e colaboração para uma aprendizagem mais expressiva (PEREIRA; GIBBON 2014).

Ao inserir a Educação Especial é uma tarefa difícil, porque para desenvolver a inclusão nas escolas é necessário compor um desafio de várias dimensões, nas quais toma o lugar a ordem jurídica, observa-se também, a rejeição e o desrespeito à hierarquia das leis, como ocorre entre resoluções nacionais e leis que as orientam, sobre o sentido da legislação e das políticas educacionais, podemos superar para formar a efetividade do processo de Educação Especial e Inclusiva (CARVALHO, 2013).

Segundo Fernandes (2014), a Educação Especial é uma modalidade da Educação básica de natureza complexa, oferecida as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A educação especial visa ensinar a todos seus estudantes, sem distinção e com qualidade. Favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensino-aprendizagem bem como seu desenvolvimento global pautados em princípios éticos, políticos e estéticos de

modo a assegurar: I - a dignidade humana; II - a busca da identidade própria de cada educando; III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania.

Diante o exposto objetiva-se analisar a importância da inclusão da educação ambiental em torno de alunos com necessidades especiais.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica. Ao buscar dados, foi possível realizar a consulta através dos bancos de dados PUBMED, MEDLLINE e SCIELO considerado como critério inicial para seleção.

Optou-se por esta base de dados por ser das principais fontes de publicações científicas na atualidade e, a partir de seu sistema de busca, utilizaram-se as palavras-chave: Educação ambiental, Necessidades especiais e Meio Ambiente para pessoas especiais. Foram selecionados apenas os artigos nas línguas portuguesas e inglesas publicados no período compreendido entre 2007 a 2016.

Os artigos pesquisados basearam-se na conformidade dos limites dos objetivos deste estudo, desconsiderando aqueles que, apesar de aparecerem nos resultados de busca, não abordavam assunto sob o ponto de vista da pesquisa.

Os artigos foram lidos e sintetizados em um banco de dados organizado quanto ao assunto, o título, publicação do ano, os objetivos do estudo, resultados e as conclusões e a base de dados de origem. Pos

teri

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

ormente, foram categorizados quanto a sua abordagem, considerando-se o foco principal da pesquisa e a questão norteadora.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

A partir da temática do tema abordado, foi possível estabelecer de forma geral qual, seria isso resultou em um total de 20 artigos pesquisados, seis na base de dados PUBMED, oito na base de dados MEDLINE e seis na base de dados SCIELO. Entretanto, a falta de acesso a alguns deles, seja na íntegra ou mesmo ao resumo, impossibilitou a realização de análises. Assim o estudo se compõe no total de 18 artigos estudados, dos quais cinco na base de dados MEDLINE, nove na base de dados SCIELO e quatro na base de dados do PUBMED.

A metodologia utilizada no desenvolvimento dos artigos relacionados, bem como a origem de sua autoria em termos de categorias profissionais também foi analisada.

### **Educação ambiental**

A educação é um processo de construção humana (já que não nascemos completos de saberes), um processo longo passado de pessoa a pessoa, o que o torna também um processo cultural. O processo educativo tem a função de formar uma sociedade, com bons valores, ideologias e sabedorias

importantes para construção humana. O processo de humanização (tornar humano) permite a avaliação, compreensão e a transformação da realidade. A Educação Ambiental constitui todo esse processo em prol da boa relação entre o ser humano e a natureza, o que a torna também um processo de humanização. Ela tem em vista a formação de cidadãos conscientes de seus atos, que possam construir um modo de vida socioambiental correto (LINE; MERGULHÃO, 2014).

Para se trabalhar as questões ambientais, é necessário criar uma visão holística da realidade, que tem uma evolução social e cultural denominada como interdisciplinar, por englobar problemas ambientais de áreas específicas. As causas ambientais devem ser focalizadas localmente e, em seguida, globalmente. O homem, mais que outro qualquer animal, vem causando danos ambientais e deve fazer a correção e prevenção dos mesmos (SILVA; DIAS, 2012).

A educação ambiental também contribui para despertar o senso de responsabilidade de cada indivíduo tanto através da conservação ambiental como na convivência socioambiental e sociocultural do espaço em que vivem e atuam. Possibilita a integração dos saberes, per

mitindo que as questões cotidianas dialoguem com as ciências clássicas e com isto contribui na formação de uma postura crítica e atuante (CRIBB; CRIBB, 2012)

De acordo com Barbosa (2014), a educação ambiental para sociedades sustentáveis vem sendo timidamente desenvolvida com pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ela é um instrumento poderoso de que a sociedade dispõe no momento para recriar valores perdidos ou nunca alcançados antes, capazes de induzir os alunos a perceberem a natureza como um bem comum a ser compartilhado com base num sentimento de solidariedade e responsabilidade no trato com os recursos naturais e com todas as formas de vida.

A Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma transversal, isto é, que todas as disciplinas abordem em seus conteúdos a temática ambiental, pois somente assim será possível construir o conhecimento necessário às soluções da complexidade da temática ambiental contemporânea, uma vez que os esboços ambientais estendem-se além das fronteiras disciplinares. Essa complexidade necessita do conhecimento prático e teórico em diversas áreas, o diálogo entre as variadas disciplinas científicas (MAIA et al, 2013).

### **Inclusão da educação ambiental nas escolas**

Estudos em questão abordam que existem várias lacunas entre

sustentabilidade, acessibilidade e os direitos humanos, que dificultam a incorporação, “de forma articulada, dos temas transversais no contexto das políticas públicas”. Assim, surge concretizar a integração entre as práticas em Educação Ambiental e Educação Inclusiva, de forma a superar os obstáculos existentes, na certeza de que essa integração contribui para a evolução e a melhoria da qualidade do ensino assim como favorece a inclusão (LEAL, 2014).

Nas escolas, a educação ambiental perpassa em todos os níveis de ensino, como tema transversal, sem constituir disciplina específica, como uma prática educativa integrada, envolvendo todos os professores, que deverão ser treinados para incluir o tema nos diversos assuntos tratados em sala de aula (SANTOS, et al., 2016)

Entende-se que para falar sobre preservação da natureza não basta, é preciso que haja envolvimento do professor e do aluno no conteúdo, envolvendo a comunidade escolar, a família e até mesmo a sociedade. Nesse sentido, o professor estará desenvolvendo em seus alunos valores básicos para o exercício de sua cidadania (SILVA; DIAS,

2012).

Para que o professor atue de maneira positiva a fim de contribuir para a educação da criança incluindo a educação ambiental, é necessária sua constante atualização, pois a cada dia surgem novos fatos, estudos e descobertas que influenciam a relação homem /natureza sejam essas mudanças culturais, econômicas ou sociais, dessa forma, suas práticas poderão atender de forma integrada e coerente as necessidades dos sistemas de ensino e as mudanças sociais (LINE; MAGALHÃES, 2014). Essa atualização constante pode ser realizada através de cursos de capacitações ou qualificação profissional o que chamamos de formação continuada, dessa forma, as práticas dos educadores podem ser renovadas cumprindo a exigência da educação ambiental e de um novo modelo de professor. Portanto “a formação é a chave da mudança que se propõe, tanto pelos novos papéis que os professores terão que desempenhar no seu trabalho, como pela necessidade de que sejam os agentes transformadores de sua própria prática (CARVALHO, et al., 2013).

Estudos apontam que a educação ambiental se torna fundamental para estudar e pesquisar recursos e melhorias para o ensino, principalmente o público, para manter a integração dos pais com a escola, disponibilizar alternativas

construtivas para os discentes indisciplinados, e recursos para aqueles que apresentarem dificuldades e para os que se mostrarem espertos e rápidos em relação ao conteúdo trabalhado. Uma maneira de interagir com os alunos se dá através da elaboração de projetos que incluam, por exemplo, dinâmicas, visitas, trabalhos em grupos (SANTOS et al, 2016)

### **Política de Educação Especial e o direito á educação.**

A partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 a União, os estados e os municípios estão sendo convocados a reorganizar seus sistemas de ensino com base nos pressupostos do paradigma da educação inclusiva. Nesta perspectiva, o acesso ao ambiente educacional é apenas o passo inicial deste processo, sendo essencial também garantir a permanência, a aprendizagem e a qualidade dos serviços de ensino a todos os alunos, independentemente de suas características (CALHEIROS; FUME, 2014).

Conforme a década de 90 do século XX surge um movimento mundial em favor da inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais. Esses movimentos estavam insatisfeitos com a tentativa de integração social dos alunos das escolas regulares que eram encaminhados para classes especiais. Nesse período as reformas educacionais no país foram marcadas por um amplo debate nacional e internacional, inspiradas por organismos internacionais e caracterizadas pelo dis cur

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

so da educação para todos (MACHADO; VERNICK, 2013).

Desta forma, especialmente por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, como consolidação do exposto no documento PNEE-EI/08, no Decreto nº 6.571/2008, na Resolução nº 4/2009, no Parecer CNE-CEB nº 13/2009 e no Decreto nº 7.611/11, a Educação Especial foi reconfigurada em termos organizacionais e conceituais. Nesta reconfiguração, como demonstrouse, tanto conceitos e propostas foram abandonados, como a expressão necessidades educacionais especiais, a expressão condutas típicas, as classes especiais, as escolas especiais substitutivas, quanto consolidaram-se novos termos e propostas como a salas de recursos multifuncionais e o atendimento educacional especializado (HARLOS et al, 2013).

Nesse contexto, é de fato salientar que longo do século XX a educação especial foi estruturada em poucas instituições públicas e em rede paralela de instituições privadas, que desenvolveram o seu trabalho em regime de convênios e parcerias com as secretarias de educação de estados e municípios, no início do século XXI “a política de educação especial assume uma perspectiva inclusiva, estabelece uma relação mais definida com a educação básica e inicia um processo de proposições com a educação superior”, no bojo do movimento de expansão do atendimento às pessoas com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação. É com base nessas considerações que analisamos a educação especial no contexto dos fundos destinados ao financiamento da educação, por meio da análise dos efeitos do Fundef e do Fundeb para o atendimento do público da educação especial no período de 2007 a 2013, no que tange ao número de matrículas no Brasil (FRANÇA, 2015).

## **Implementação de Educação ambiental na educação especial**

O processo de construção da educação ambiental na educação especial não seria, e não é, tarefa simples, entretanto, as possibilidades de criação nos estimularam a pensar propostas práticas visando à diversificação das estratégias de inclusão utilizadas até o momento naquele contexto. Evidentemente adotamos uma educação ambiental com características científicas e visando a adoção de comportamentos conservacionistas, o que pode ser considerada uma visão reducionista ou insuficiente diante das discussões atuais na área, mas que diante do problema explorado parecia ser mais adequado (SOARES; LINHEIRA, 2014).

O atendimento educacional para pessoas com necessidades especiais, é utilizado para promover o desenvolvimento e a superação de seus limites intelectuais, visto que, esse tipo de deficiência não depende de suportes externos, mas sim, de uma atitude que automatize a aprendizagem para o acesso e assimilação ativa para o saber, já que a deficiência intelectual limita a interação da pessoa com determinadas formas físicas como: cor, tamanho e forma do objeto, com a inclusão da Educação Especializada o aluno vai poder sair de um

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

a posição de não saber, para um saber que lhe é próprio (GOMES, et al., 2007).

As atividades em Educação Ambiental com alunos especiais, sobre os resíduos sólidos, podem envolver o desenvolvimento motor, com movimentos corporais, além do ensino aprendizagem, tais como o conhecimento das cores e a contagem numérica. As atividades irão contribuir também para o conhecimento e percepção dos alunos sobre a diferença do que é “lixo” e o que é resíduo. O rejeito é considerado aqueles resíduos que depois de esgotar todas as possibilidades de tratamento e processos industriais, não apresentam outra possibilidade que não seja ser descartado no ambiente adequado, já o resíduo é tudo material que mesmo sendo usado apresenta uma forma de ser útil novamente (BISOGNIN, 2015).

Pode-se relatar que é inúmera a contribuição da educação ambiental na inclusão a pessoas com necessidades especiais. Bem como no desenvolvimento e contribuição ao meio ambiente, dessa forma podendo assimilar autonomia entre a relação do homem junto á natureza.

## CONCLUSÃO

Conforme a significação da leitura científica sobre a temática, de acordo com a importância da inclusão da educação ambiental sobre alunos com necessidades especiais é um propósito de desenvolvimento para pessoas com necessidades a se enquadrarem ao meio ambiente a fim de estimular comportamentos psíquicos e motores de acordo com sua importância física. Desta forma, é possível a inserção da Educação ambiental para alunos com necessidades especiais.

## REFERENCIAS

BARBOSA T. Educação ambiental e inclusão social um estudo de caso: Projeto Bananeirarte da APAE Sobradinho/DF; Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD: Brasília,2014.

BISOGNIN, S. C. Nadia. Aprendendo e Ensinando Através do Uso de Materiais Recicláveis na Educação Infantil. **Revista. Remoa.** ISSN: 22361308, p 208-214, 2015.

CALHEIROS DS, FUMES NLF. Special education and implementation policy of educational service specialists in maceió/alagoas; Rev. bras. educ. espec. vol.20 no.2 Marília April/June 2014.

CRIBB SLSP, CRIBB AY. ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE EDUCATION FOR THE RURAL AREAS: A NECESSARY LEARNING; Gestão ambiental, Dezembro 2012.

FERNANDES CL. A educação ambiental no centro de ensino especial. Brasília (DF), Julho de 2014.

FRANÇA MG. Special education funding in the sphere of Fundef and Fundeb as basic education funds Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 271-286, out./dez. 2015.

GOMES, L. L. A.; FERNANDES, C, A. BATISTA, M. A. C. Atendimento educacional especializado. p. 22, 2007.

HARLOS FE, ET AL. A organização de educação especial nos dias atuais. VIII EN

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

CONTRO DA ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE PESQUISADORES  
EM EDUCAÇÃO ESPECIAL Londrina  
/07 novembro de 2013.

KRAETZING JM. Educação ambiental e  
inclusão de alunos com necessidades  
educacionais especiais: Uma pratica  
possível; Centro de ciências rurais:Santa  
Maria, RS, Brasil, 2008.

LINE JP, MAGALHÃES MC:  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E  
INCLUSÃO SOCIAL: PARTICIPAÇÃO  
DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL EM ATIVIDADES DE  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL; REB  
Volume 7 (2): 193-209, 2014.

LEAL MCR. A educação ambiental como  
um instrumento de inclusão no ensino de  
biologia. Revista da SBEnBio- Nº 7,  
Outubro 2014.

MACHADO EM, VERNICK EM:  
Reflexões sobre a política de educação  
especial nacional e no estado do Paraná.  
Nuances: estudos sobre Educação,  
Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, p. 49-  
67, maio/ago. 2013.

MAIA HJL, et al. Política Nacional de  
Educação Ambiental: Conceitos,  
Inovações e Aplicabilidade; IV Congresso  
Brasileiro de Gestão Ambiental  
Salvador/BA – 25 a 28/11/2013.

MENEGUZZO IS, MENEGUZZO PM.  
Educação ambiental: Possibilidade e  
desafios no processo ensino- aprendizagem  
da geografia escolar; Revbea, Rio Grande,  
V. 8, No 2:10-19, 2013.

PEREIRA, A.V.; GIBBON, A. C. A  
educação ambiental no ensino:  
investigando as abordagens, percepções e  
desafios na realidade de uma escola  
pública em Rio Grande (RS). Revbea, v. 9,  
n 2, p376-394, 2014.

SANTOS GC, et al. Educação ambiental  
nas escolas publicas da cidade de  
Silvanópolis-TO; Revista Interface,  
Edição nº 11, maio de 2016 – p. 256-265.

SILVA LO, DIAS RL. Educação  
ambiental como perspectiva para inclusão  
social de pessoas surdas; Ano 1, nº 2, jun. /  
nov. 2012.

SOARES MMLD, LINHEIRA CZ. Ensino  
de ciências e educação ambiental na  
educação inclusiva: uma experiência na  
escola municipal Celina de Lima  
Montenegro- Cuité/PB. Revista da  
SBEnBio- Nº 7, Outubro 2014.